**Carta Aberta de Restinga Sêca em defesa da aprovação da PEC nº 383/2017.**

A Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul, o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Rio Grande do Sul (COEGEMAS/RS), o Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul (CEAS/RS) e os participantes do I Seminário de Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul assinam a presente Carta Aberta de Restinga Sêca em defesa da aprovação da PEC nº 383 de 2017.

A Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 383, visa estabelecer o financiamento mínimo de 1% da receita corrente líquida do Orçamento da União para a área da Assistência Social, a fim de garantir recursos adequados para serviços, benefícios, programas e projetos destinados a assegurar a integral proteção social dos indivíduos e das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade social.

A Assistência Social desempenha um papel crucial na promoção e proteção dos direitos fundamentais, na redução das desigualdades sociais e na erradicação da fome.

No entanto, a falta da definição de um percentual mínimo para o financiamento dessa política, e a discricionaridade do Gestor Federal na previsão dos valores a serem investidos na área da Assistência Social, limitam a capacidade de investimento da União, dos Estados e dos Municípios na oferta de políticas públicas de proteção social.

A redução de investimentos na área da assistência social, constatada nos últimos anos, coloca em risco a continuidade do funcionamento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

É necessário dar ao SUAS o mesmo reconhecimento constitucional que as políticas de áreas essenciais como a saúde e a educação possuem.

A PEC 383 representa um avanço significativo ao estabelecer um financiamento mínimo na área da assistência social, garantindo que recursos financeiros estejam disponíveis de forma consistente, previsível e permanente para a implementação de políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade.

Ao garantir um financiamento mínimo, a PEC 383 não apenas fortalece a capacidade do Estado de atender às demandas de milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Por isso, os integrantes do I Seminário do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul, ocorrido entre os dias 22 e 24 de abril de 2024, em Restinga Sêca, no Rio Grande do Sul, expressam o seu total apoio à PEC 383/2017, e conclamam a sociedade brasileira a apoiar essa iniciativa fundamental para o futuro do nosso país a fim de obter a premente aprovação da Proposta de Emenda à Constituição junto ao Congresso Nacional.